

# ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS SALÁRIOS NO BRASIL POR MEIO DE UMA MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS

Luciana da Silva Ferreira  
Professora do Departamento de História e  
Economia da Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro (UFRRJ/DHE)

## **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar a estrutura de distribuição de salários conforme a composição das ocupações dos trabalhadores e dos diversos setores de produção da economia brasileira para a primeira década de 2000. Para tanto, a análise repousará sobre os dados obtidos por meio da construção de uma matriz de distribuição de salários. Conforme a interpretação proposta no presente estudo, a estrutura produtiva e de ocupações define uma distribuição de salários que reflete na renda pessoal. A hipótese do trabalho é de que a estrutura produtiva do país afeta a distribuição dos salários e a remuneração atrelada à ocupação e, por sua vez, determina os rendimentos individuais.

**Palavras-Chave:** Matriz de Distribuição de Salários, Mercado de Trabalho, Estrutura Ocupacional

## **Abstract**

This article aims to analyze the structure of the wage distribution as the composition of the occupations of workers and the various production sectors of the Brazilian economy for the first decade of 2000. To this end, the analysis will rest on the data obtained through the construction of a Wages Distribution Matrix. According to the interpretation proposed in this study, the production and occupations structure defines a wage distribution that reflects on personal income. The work assumes that the productive structure of the country affects the distribution of wages and remuneration linked to occupation and, in turn, determines individual earnings.

**Keywords:** Wages Distribution Matrix, Labour Market, Occupational Structure

*JEL Classifications:* J31; J21e C69

*Área 12 - Economia do Trabalho*

## **1- Introdução**

O processo de produção de bens e serviços estabelece relações sociais entre os agentes econômicos que participam diretamente ou não deste processo. Essa produção gera em contrapartida uma renda que é apropriada por estes agentes conforme sua função exercida na economia e impacta diretamente na apropriação pessoal da renda pelos indivíduos. No Brasil, algumas pesquisas domiciliares, como a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a maior parcela dos rendimentos das famílias é composta por renda oriunda do trabalho. Este fato desperta a curiosidade para investigar a composição dos rendimentos do trabalho, haja vista que, em última instância, a distribuição pessoal da renda reflete grande parte dos processos ocorridos na distribuição de salários. Neste sentido, deve-se ressaltar o papel da distribuição de salários sobre os rendimentos individuais no Brasil que leve em consideração aspectos econômicos, estruturais, institucionais e políticos.

Para tanto, a análise da distribuição de salários demanda uma análise detalhada da estrutura ocupacional no mercado de trabalho, bem como a estrutura salarial da economia brasileira como elementos fundamentais que determinam uma distribuição de salários e seus reflexos sobre os rendimentos individuais. Apesar da queda do desemprego registrada no Brasil nos últimos anos, é possível afirmar que a economia brasileira ainda é caracterizada pela existência de um expressivo excedente de mão de obra (ainda que concentrado nos dias atuais nos centros urbanos e não tanto no campo como ocorria no passado) e que, por tanto, a concorrência entre trabalhadores exerce papel importante na formação das taxas de salários. Também se pressupõe que ações coordenadas do governo que afetem a estrutura ocupacional ou as taxas de salários – como é o caso de uma política de salário mínimo –, impactam na remuneração oriunda do trabalho.

Todavia, o estudo da distribuição de salários no Brasil se defronta com uma lacuna quando se trata de analisar os dados com base nas informações prestadas pelas Contas Nacionais do país. Esse critério é importante, à medida que as Contas Nacionais fornecem dados oficiais sobre a geração de renda, alocação da renda primária e distribuição secundária da renda, cujos cálculos oriundos desses agregados revelam dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB), a Renda Nacional, a Renda Pessoal, entre outros. Assim, pretende-se, neste trabalho, avaliar a distribuição de salários na economia brasileira na primeira década de 2000 com base nos registros das Contas Nacionais. Para esse trabalho, no entanto, será necessária a construção de Matriz de Distribuição de Salários, cujas células revelam as informações prestadas pelas Contas Nacionais do IBGE no que se refere a salários no mercado formal e informal, porém, com a vantagem do desmembramento das informações conforme estrutura ocupacional e setores de atividade econômica. A construção desta matriz, todavia, limitar-se-á a três anos específicos da década de 2000: os anos de 2001, 2005 e 2008, sendo este último o que contém as informações mais atualizadas das remunerações de trabalhadores pelas Contas Nacionais. Para atingir seu objetivo, este trabalho estará dividido em mais três seções, além desta introdução. Na próxima seção será apresentado o argumento teórico que balizará a avaliação dos principais resultados da Matriz. Na terceira seção será apresentada a metodologia de construção da Matriz de Distribuição de Salários e a análise dos principais de seus resultados. Na última seção será feita uma breve conclusão.

## **2- Aspectos teóricos dos determinantes dos salários**

A análise de como a renda é formada e distribuída entre os agentes responsáveis pelo processo de produção de mercadorias orienta o interesse da economia política desde seus primeiros formuladores até aqueles economistas que, seguindo a tradição da economia política, questionam e avaliam os determinantes da distribuição da renda entre lucros e salários numa economia caracterizada por relações políticas entre capitalistas e trabalhadores.

Para a economia política clássica, a distribuição da renda nacional entre lucros e salários não se dá de forma simétrica, pelo contrário, passa pelo conhecimento da determinação de salários, do excedente e do próprio preço das mercadorias. É preciso, então, discorrer brevemente sobre cada um destes aspectos. Em primeiro lugar pode-se afirmar, de maneira geral, que o estudo da teoria clássica

sobre os determinantes das taxas de salários, em especial, da taxa de salário natural reconhece a existência de diferentes salários na economia, mas, que por simplificação, deve ser considerado como a remuneração de um trabalhador médio comum. De acordo com Stirati (1994):

The focus of classical wage theory is the determination of a single rate of remuneration of labour, the natural wage.(...) By the term 'natural wage' the classical economists explicitly mean the wages paid to common labourers (...) however does not mean that the classical economists ignored the existence of pay differentials. Their focus on the wages of common labour is an abstraction, analytically justified by their view that pay differentials tend to be very stable over time (STIRATI, 1994, pag. 2)

Assim, a taxa de salário natural é aquela segundo a qual as taxas de salários tendem a gravitar e está intimamente relacionada ao consumo de subsistência dos trabalhadores, podendo ser maior ou igual ao salário de consumo de subsistência, porém nunca menor. Ou seja, “subsistence consumption corresponds to a historically determined minimum below which wages cannot long remain”. (STIRATI, 1994, pag. 172). O consumo de subsistência deve ser considerado não somente aquele necessário à reprodução do trabalhador, mas, também devem estar inclusos os hábitos e costumes adquiridos historicamente e, neste caso, considerados inerentes à subsistência desse trabalhador. Conforme Ricardo (1982):

A capacidade que tem o trabalhador de sustentar a si e a sua família que pode ser necessária para conservar o número de trabalhadores não depende da quantidade de dinheiro que ele possa receber como salário, mas da quantidade de alimentos, gêneros de primeira necessidade e confortos materiais que, devido ao hábito, se tornaram para ele indispensáveis e que aquele dinheiro poderá comprar. (RICARDO, 1982, pag. 81)

Segundo Stirati (1994, pág. 173) há dois fatores determinantes da taxa de salário natural. Por um lado, está posto aquilo que é considerado hábito e costume histórico num dado período de tempo e que reflete o processo histórico da luta de classes e aceitação por instituições e convenções sociais. Por outro, encontra-se a luta política estabelecida pelo poder de barganha relativa da classe trabalhadora. Em relação ao primeiro fato determinante, podemos afirmar que este conjunto de fatores pode diferenciar entre países ou entre economias. Assim, o salário natural irá depender, além dos fatores mencionados na citação anterior, do custo de vida do país onde reside o trabalhador. No entanto, isso está diretamente relacionado às conquistas da classe trabalhadora no passado que tenham incorporado esses elementos como componentes da subsistência do trabalhador.

Já o poder de barganha da classe trabalhadora irá refletir e determinar se a taxa de salário natural será igual ao consumo de subsistência ou se estará acima dele. Conforme Stirati (1994), esse poder de barganha é influenciado tanto pelo comportamento do mercado de trabalho quanto pelos fatores políticos e institucionais. Em relação ao comportamento do mercado de trabalho destacam-se as oportunidades de emprego disponíveis definidas pela razão entre a população empregada e a população total. Assim, por exemplo, se uma economia encontra-se com parte considerável de sua população empregada (e, conseqüente, reduzido desemprego), há um aumento do poder de barganha relativo dos trabalhadores e isso pode levar a uma taxa de salário acima do consumo de subsistência. Do contrário, uma situação de desemprego conduz a um enfraquecimento do poder político dos trabalhadores, levando-os a aceitar salários menores pela ameaça do próprio desemprego<sup>1</sup>. Esses fatores irão influenciar inclusive a proporção da população empregada no futuro, haja vista que o estoque de trabalhadores desempregados pressiona os entrantes futuros deste mercado.

Em relação aos fatores políticos e institucionais, destacam-se elementos como as características do próprio sistema de produção onde trabalhadores são donos apenas da força de trabalho e com ela são capazes de receber um salário suficiente à sua subsistência; e a forma de organização do governo (se democrático, por exemplo). Ressalta-se também a existência ou não de sindicatos e as leis reguladoras do mercado de trabalho. Assim, a organização de trabalhadores na forma de sindicatos que os representem fortalece o poder de negociações salariais a favor dos trabalhadores. Por outro lado, as leis

---

<sup>1</sup> Aliás, Kalecki (1977) ao discorrer sobre os aspectos políticos do pleno emprego argumenta que a economia capitalista necessita da existência de desemprego involuntário (nas palavras de Gleicher e Stevans (1991) a reserva líquida de trabalhadores) como instrumento disciplinador dos trabalhadores.

trabalhistas podem contribuir positiva ou negativamente. A existência de leis que protegem os trabalhadores (tanto quando estão na ativa ou não) amparam e fortalecem a classe trabalhadora. Já leis mais flexíveis que não garantam proteção dos trabalhadores podem contribuir para o enfraquecimento dos trabalhadores.

De acordo com Sraffa (1983), o salário seria composto por duas partes: o salário de subsistência que seria uma medida dada, conhecida, e a apropriação de parte do excedente na forma de salário variável. Essa divisão do excedente entre lucros, rendas e juros, além de uma parte dos salários dependeria, entre outros, daqueles fatores institucionais e políticos mencionados anteriormente.

Destarte, pode-se afirmar que nas relações políticas que ratificam os interesses de classes, o estudo da distribuição funcional da renda passa, por assim dizer, pelo conceito de excedente que ajuda a compreender os determinantes de vários fenômenos econômicos relevantes, como distribuição de renda e preços relativos. A abordagem do excedente<sup>2</sup> foi bastante desenvolvida pelos economistas clássicos, a começar por William Petty, na segunda metade do século dezessete. Podemos definir o excedente como o valor monetário da produção que ultrapassa o valor monetário dos insumos necessários à produção de mercadorias. Conforme Serrano (2007), o excedente pode ser medido de duas formas: em mercadorias ou em trabalho. Assim, o excedente pode ser caracterizado como a quantidade de mercadorias produzidas que excede a quantidade de mercadorias necessárias para realizar a produção do total de mercadorias, incluindo aí as mercadorias adotadas como insumos, inclusive o consumo necessário para o insumo trabalho. Em termos de trabalho como medida do excedente, este é dado pela diferença entre o tempo de trabalho aplicado na produção total e o tempo de trabalho para produzir o consumo necessário à população.

Conforme Sraffa (1983), a produção de uma mercadoria é dada por meio de outras mercadorias, onde cada uma dessas tem os seus respectivos preços. Assim, é necessário definir o preço de cada mercadoria que participa do processo produtivo e também dos fatores que se apropriam do excedente. Seguindo a ideia clássica, cada mercadoria tem um preço que seria o seu preço natural, no qual o preço de mercado gravitará<sup>3</sup>. Como o preço natural é formado por fatores mensuráveis (mercadorias), é possível calcular o preço natural das mercadorias. Para isto, entretanto, os clássicos identificavam uma mercadoria que serve como medida invariável de valor (que depois com Sraffa se torna um conjunto de mercadorias), por exemplo, o trabalho. Esta mercadoria teria o preço de uma unidade e todas as outras um preço relativo a esta. Com isso, ter-se-ia um sistema de equações com um mesmo número de incógnitas.

Sendo assim, na perspectiva clássica, a determinação da distribuição da renda nacional entre lucros e salários requer também o conhecimento dos preços das mercadorias. Assim, uma vez que os salários dos trabalhadores são compostos por duas partes, uma dada (no caso, o próprio salário de subsistência segundo o qual nenhuma taxa de salário poderá ser inferior) e outra variável que é a parcela apropriada do excedente (e depende, em alguma medida, do poder de barganha relativo dos trabalhadores), é preciso definir o excedente apropriado pelos capitalistas na forma de lucros e rendas. No entanto, não basta conhecer a distribuição funcional da renda entre lucros e salários, haja vista que se faz necessária uma abordagem teórica que ajude a entender a renda do trabalho, incluindo aí o conhecimento dos determinantes das diferentes taxas de salários na economia.

A exposição até aqui foi feita com base na suposição simplificadora de uma taxa de salário natural que gravita em torno do consumo de subsistência (mesmo admitindo que para a economia clássica seja válida a aceitação de diferentes taxas de salários). No entanto, a partir deste ponto faz-se necessário aprofundar o estudo sobre as diferentes taxas de salários existentes numa economia.

Para tanto, o primeiro fato a considerar a respeito é que estamos tratando de um processo de produção que congrega  $n$  número de bens de e  $n$  número de trabalhadores. A aceitação deste fato é importante à medida que necessitamos compreender uma economia com diferenciais de salários e ocupações. Por ocupação nós vamos considerar um cargo ou posto de trabalho (emprego) com características e atividades desempenhadas semelhantes quando se trata da mesma ocupação e características e atividades desempenhadas distintas com relação a ocupações diferentes. Esse conceito converge àquele estipulado pelo Ministério do Trabalho, segundo o qual “ocupação é a agregação de

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes sobre a abordagem clássica do excedente ver Serrano (2003) e Serrano e Medeiros (2004).

<sup>3</sup> Para um estudo mais amplo sobre o tema ver Crespo (2007).

empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas”. (MTE, 2010, Bases Conceituais). Do mesmo modo, uma ocupação (ou posto de trabalho) envolve um conjunto de atribuições e funções que a (o) caracterizam.

Por sua vez, esse posto de trabalho, ao ser ocupado por uma pessoa, estabelece relações de trabalho que podem ser assinalados com vínculo formal ou informal. As ocupações com vínculo são aquelas caracterizadas pelo amparo de Leis Trabalhistas ou regras específicas e podem ser tanto do setor público quanto do setor privado. Por outro lado, as ocupações sem vínculo formal abrangem trabalhadores sem carteira assinada e autônomos. Numa economia classificada por setores de atividades e indústrias diferentes, poderão conviver tanto ocupações com ou sem vínculo. No entanto, cabe ressaltar que quanto maior o número de trabalhadores com vínculo, maior a proteção social concedida ao trabalhador na forma de direito a férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia, auxílios, etc. Para efeitos de nossa análise, vamos considerar a possibilidade da existência de ocupações similares – ou seja, que requerem o desempenho das mesmas atividades – tanto no mercado formal, quanto no mercado informal de trabalho.

As ocupações ou postos de trabalho são classificadas também de acordo com os setores de atividade de uma economia. Neste sentido, pode-se ter o caso de uma ocupação alocada ou demandada por um setor de atividade específico ou por mais de um setor de atividade, isto é, comum a diferentes setores. Assim, o que caracteriza uma ocupação é o conjunto de atividades e tarefas que devem ser executadas pelo ocupante do posto de trabalho, enquanto que o que assinala um setor de produção é sua atividade principal, os produtos produzidos por ele, suas relações econômicas com demais setores institucionais, etc. Isso, portanto, esclarece a existência de uma ocupação ou posto de trabalho em diferentes setores de atividade de produção ou uma ocupação exclusiva de um setor.

Um setor de atividade pode conter diferentes setores institucionais<sup>4</sup>, com organizações específicas, diferentes tamanhos e importância relativa no setor de atividade, grau de inovações tecnológicas em seu processo produtivo, dentre outros. Isso também irá influenciar os postos de trabalho, bem como seu papel no setor institucional. Uma ocupação numa grande empresa pode ter importância relativa maior do que numa empresa de menor porte, assim como um posto de trabalho pode ter papel distinto no setor privado ou no setor público. Em grande parte, isso será determinado pelo papel relativo do setor institucional dentro do setor de atividade, pelo grau de desenvolvimento tecnológico e contribuição ao valor adicionado da economia pela unidade institucional.

Conforme argumentado anteriormente, cada ocupação ou posto de trabalho reúne características ou tarefas necessárias para sua classificação. Essas ocupações, por sua vez, demandam habilidades dos prováveis candidatos ou ocupantes dos cargos. Ou seja, cada trabalhador deve se adequar às habilidades exigidas e necessárias a cada ocupação pretendida. De acordo com Gleicher e Stevans (1991), essas habilidades podem ser gerais ou necessárias a um grupo de ocupações ou específicas para determinados postos de trabalho que, por sua vez, exigirá (ou não) que este conhecimento seja adquirido por meio de educação formal. Assim, a aquisição de tais habilidades pode se dar por treinamento, educação formal ou tratar-se de alguma habilidade natural, como expõem Gleicher e Stevans (1991):

To perform almost any occupation in an existing capitalist society, the individual worker must acquire some degree of entry-level training. (...) This is not to say that the acquisition of such training is the only factor limiting the numbers of workers capable of performing in the various occupations; certain occupations require “natural” abilities – talents – possessed by some individuals and not others.” (GLEICHER e STEVANS, 1991, pág. 15).

Todavia, cabe aqui uma ressalva elementar a respeito do que está sendo proposto. Nesta proposta, que carrega os elementos das relações de produção de uma economia política clássica, uma vez que existe demanda por diferentes bens e serviços na economia, as unidades institucionais responsáveis pela oferta destes produtos passam a demandar trabalhadores que desempenhem determinadas tarefas necessárias à viabilização da oferta de bens e serviços com base nas suas expectativas de venda. De outra forma, é a demanda por bens e serviços que determinará não só a oferta destes bens, como também a demanda por postos de trabalho ou ocupações. Contudo, somado a isso, podemos afirmar que outros

---

<sup>4</sup> Os setores institucionais podem ser, por exemplo, famílias, empresas e governo.

fatores adicionais contribuem para a demanda por postos de trabalho por parte das firmas, como a estrutura de ocupações.

Além disso, seguindo Appelbaum (1979), podemos postular a existência de setores distintos numa economia de produção caracterizada pela existência de setores com incorporação de alto nível tecnológico de produção convivendo com setores mais atrasados da economia. No primeiro caso a autora relaciona o predomínio de uma elevada relação capital/trabalho, elevado poder de mercado (para a autora, trata-se da presença de oligopólios nos grandes centros urbanos), ocupações que requerem alto custo de treinamento de trabalhadores, presença de sindicatos ou outros tipos de organizações de trabalhadores, dentre outros. Por outro lado, o setor atrasado da economia convive com baixo nível tecnológico, técnicas atrasadas de produção, falta de poder de mercado, ocupações cujas habilidades são mais comuns, etc. Este antagonismo entre os setores reflete ocupações também antagônicas quando observadas a partir das unidades que as demandam. Da mesma forma, esse conflito quanto às habilidades requeridas pelas ocupações pode ser baseado na convivência de setores de atividades que comportam firmas mais desenvolvidas e outros setores de atividades mais atrasados, isto é, existem ocupações cujas características e conjunto de atividades são opostas, pois espelham as características das firmas ou setores de atividades que o demandam/comportam.

A definição dos determinantes do perfil da estrutura ocupacional de uma economia implica também conhecer os elementos que determinam as remunerações destas ocupações, isto é, dos salários. Cada ocupação em cada setor de atividade recebe uma remuneração que corresponde ao salário pago aos trabalhadores que ocupam os postos de trabalho disponíveis na economia. Sendo assim, o critério de determinação da remuneração é a ocupação e, uma vez que existem diferentes ocupações na economia, então, há também diferentes taxas de salários na economia. Adicionalmente, os trabalhadores buscam ocupar os postos de trabalho tendo em vista os salários que os remuneram e a sua capacidade de desempenhar as tarefas pertinentes às ocupações. Isso implica diretamente na existência de mão de obra com diferentes habilidades, ou seja, trabalhadores heterogêneos na economia que são remunerados com diferentes taxas de salários, cada qual associada a uma ocupação também heterogênea.

Como dito anteriormente, a estrutura de ocupações depende em grande parte da estrutura de produção de uma economia. Assim, as características das ocupações sofrem influências, por exemplo, da importância relativa dos setores de atividade econômica e do grau de desenvolvimento tecnológico tanto das firmas quanto dos setores produtores. Esses fatos impactam diretamente nas remunerações das ocupações e justifica a existência de distintas taxas de salário para uma mesma classe de ocupação, dependendo do grau de desenvolvimento da firma ou do setor de atividade a qual a firma pertence, ou ainda da região geográfica deste setor considerando a heterogeneidade de regiões.

Por outro lado, a competição por emprego tem fortes influências na determinação das taxas de salários numa economia. De acordo com Lewis (2010) em economias em desenvolvimento com excedente de mão de obra há uma competição maior entre trabalhadores em certas ocupações. Segundo LEWIS (2010, pág. 415), “Nessas ocupações encontra-se em geral um número de pessoas bem maior que o necessário e todas recebem quantias muito pequenas (...)”. Ou seja, em economias em desenvolvimento, que apresentam baixa relação capital/produto, a competição por empregos e salários é mais comum em determinados grupos de ocupações. Para Lewis (2010), adicionalmente a isto, a concorrência nos setores mais atrasados da economia determinam os seus salários, que se aproximam do salário de subsistência, e os salários do setor capitalista. Assim, a oferta ilimitada de mão de obra pode levar a um maior desemprego para certos grupos de trabalhadores. Para Piore (1979), por exemplo, o desemprego involuntário ocorre justamente com maior frequência e volume em determinados grupos sociais.

Outro fator determinante das taxas de salários é o poder de barganha relativo dos trabalhadores. Este ponto está intimamente relacionado aos anteriores à medida que tanto as características da estrutura produtiva quanto da oferta ilimitada de mão de obra concorrem para enfraquecer ou fortalecer o poder político relativo dos trabalhadores. Numa economia que apresenta alto nível de emprego com altas taxas de crescimento econômico, maior será o poder de barganha dos trabalhadores e, por conseguinte, maiores as vitórias na disputa pela apropriação de parte do excedente. Por outro lado, quanto maior o desemprego, maior a reserva líquida de trabalhadores e menor seu poder de barganha.

Contudo, o poder de barganha dos trabalhadores pode ocorrer não apenas ao nível das relações entre trabalhadores e capitalistas, mas também das relações entre grupos de trabalhadores. Assim sendo, a oferta ilimitada de trabalhadores contribui para o enfraquecimento do poder relativo dos grupos de trabalhadores que concorrem por postos de trabalho onde o excedente de mão de obra é mais frequente. Isso, inclusive, poderá enfraquecer o poder de sindicatos e de demais representações trabalhistas. Dessa forma, existe a possibilidade de trabalhadores lutarem não apenas com capitalistas pela apropriação de parte do excedente, mas também de grupos de trabalhadores concorrerem por uma massa de salários. Ademais, conforme Dunlop (1979), a economia é constituída por diversos contornos salariais que definem a remuneração de determinadas ocupações. Para Piore (1979), por exemplo, a determinação desses contornos pode ser influenciada pela disputa dos grupos de trabalhadores ocupados:

The role of wages in this respect results in a series of fixed relationships among the wage rates of certain groups of Jobs and workers; these relationships are known as wage contours. The economy is composed of a series of these more or less self-contained contours. The boundaries of the contours evolve over time, as do the relationships within them. But at any given moment of time, the boundaries and the internal wage relationships are fixed. When a wage breaks out line, distorting one of these fixed relationships, immense pressure is generated to restore it (...). They also generate political and organizational conflicts among various branches and division of such bodies as trade union and corporations. (PIORE, 1979, pág. 6)

Por fim, mas não menos importante, podemos citar o papel do governo na influência direta sobre as taxas de salários através da determinação do salário mínimo. Muitas ocupações no mercado formal de trabalho caracterizadas por salários próximos ao consumo de subsistência bem como as ocupações do mercado informal de trabalho têm suas remunerações balizadas pelo salário mínimo, ou seja, seguindo Medeiros (2002, 2005), o salário institucional se torna o farol para os trabalhadores menos qualificados e aqueles que compõem o mercado informal de trabalho. Neste sentido, as políticas econômicas de valorização do salário mínimo, isto é, de reajustes deste salário institucional acima da inflação provocam um impacto positivo nas ocupações que tomam por base este tipo de remuneração.

Uma vez apresentado o argumento teórico da determinação da renda do trabalho, o próximo passo é apresentar a metodologia da construção da Matriz de Distribuição de Salários e a análise de seus principais resultados, conforme tópico a seguir.

### **3- Matriz de Distribuição de Salários**

A matriz de distribuição de salários é uma matriz matemática que busca identificar a estrutura de distribuição de rendimento dos trabalhadores com vínculo formal e informal de acordo com sua posição no mercado de trabalho, seu nível de instrução e classificados conforme os setores de atividade da economia<sup>5</sup>. A compilação destas informações partiu da consulta a diferentes fontes de dados oficiais, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, o Sistema de Contas Nacionais (SCN) e a Coordenação das Contas Nacionais (CONAC) do IBGE. Enquanto a RAIS é um registro administrativo que cobre o mercado formal de trabalho, o SCN é construído a partir de diferentes fontes de dados. Neste sentido, é natural que os dados dessas duas fontes não sejam convergentes. Para tanto, os dados da RAIS constituem a estrutura básica da construção da Matriz de Distribuição de Salários.

O objetivo ao construir a referida matriz é apresentar a estrutura de salários por setores de atividade, conforme a estrutura de ocupações por faixa de remuneração. Destarte, as colunas da Matriz de Distribuição de Salários são classificadas conforme os setores de atividade da economia, enquanto que as linhas dispõem as ocupações do mercado de trabalho com sublinhas de faixas de remuneração uma última linha para ocupações sem vínculo, conforme quadro a seguir.

#### **Quadro 1 - Matriz de Distribuição dos Salários Esquemática por faixa de remuneração**

---

<sup>5</sup> Por causa da disponibilidade dos dados, esse detalhamento aprofundado será possível apenas para o mercado formal de trabalho.

ocupações/atividade	setores de atividades		
	1	2	n
<b>Ocupações com Vínculo</b>			
<b>Descrição da ocupação</b>			
faixas de remuneração			
<b>Ocupações sem Vínculo</b>			
Sem carteira			
Autônomos			
Total			

Elaboração própria

Conforme a estrutura apresentada no quadro 1, a partir dessa matriz construída será possível analisar a remuneração média e a frequência de ocupações alocadas por cada setor de atividade e conforme faixas de remuneração. Desta forma, se atenderá à necessidade de levantamento das informações pertinentes à estrutura e características das ocupações e sua alocação pelos setores de atividade da economia.

Esquemáticamente, a matriz de distribuição de salários é dada por:

- Massa de Salários:  $W$ , sendo  $W = q \cdot w$ , em que  $w$  é o salário médio e  $q$  a quantidade de trabalhadores no mercado formal e informal.
- Matriz de Distribuição de Salários:  $W = [\omega_{ij}]$

Onde  $\omega_{ij}$  são os elementos da matriz que expressam  $q$  e  $w$  classificados conforme a estrutura de ocupações, elencados em cada setor de atividade e de acordo com a característica da ocupação (se com vínculo ou sem) e da faixa de salário. A coluna total dessa matriz possui valor coincidente com o total dos salários do Sistema de Contas Nacionais, tanto em suas tabelas sinóticas quanto nas Contas Econômicas Integradas (CEIs).

De acordo com IBGE (2008), o levantamento das informações de ocupações e remuneração é feito a partir de diversas fontes de dados disponibilizadas pelo IBGE e outras externas a este. Dentre as fontes internas, constam diversas pesquisas realizadas pelo IBGE como a Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), Pesquisa Anual do Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), além da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE). Como fontes externas o IBGE adota informações declaradas pelo Banco Central, a Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) da Receita Federal e a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE), dentre outras<sup>6</sup>.

Diante da diversidade das fontes de informações captadas nas contas nacionais e do imperativo de classificar a distribuição de salários por estrutura de ocupações e por setores de atividade, é preciso assumir um arcabouço que preencha, ao mesmo tempo, os pré-requisitos desta classificação e que corresponda à realidade das contas nacionais dos anos elencados. Para isso, foram selecionadas duas fontes de dados básicas para a criação de critérios de elaboração da estrutura da Matriz de Distribuição de Salários. Uma é a RAIS que balizará a construção da estrutura de informações sobre os trabalhadores ocupados com vínculo formal e permitirá a divisão por ocupações e setores de atividades; a outra é próprio Sistema de Contas Nacionais, especialmente, as Tabelas Sinóticas sobre Ocupações e Remunerações e demais informações disponibilizadas pela Coordenação de Contas Nacionais (CONAC) do IBGE que auxiliarão alcançar os dados para trabalhadores sem vínculo formal por setor de atividade.

<sup>6</sup> Para mais detalhes, ver IBGE (2008).



Será a estrutura original de uma Matriz de Distribuição de Salários que garantirá que os dados das contas nacionais sejam alocados nesta matriz. Na verdade esta estrutura original será dada na forma de uma matriz e, portanto, constituirá uma matriz de transição necessária à obtenção da matriz fim. Essa matriz de transição – a partir de agora, chamada matriz de coeficientes de salários – apresenta a participação dos salários de cada ocupação alocada em cada setor de atividade no total de salários pagos por cada setor. Ela é construída a partir dos dados originais da RAIS sobre as ocupações com vínculo:

$$C = RAIS \cdot (W_f^{-1})$$

Sendo, C a matriz de coeficientes de salários, RAIS a tabela de salários da RAIS e  $W_f$  o total de salários de cada setor de atividade. Desta matriz, será possível obter a matriz de distribuição de salários, conforme expresso a seguir:

$$MDS = (C \cdot W_{fCN}) + W_{iCN}$$

Onde  $W_{fCN}$  são os salários formais por setor de atividade divulgados pelas Contas Nacionais e  $W_{iCN}$  são os salários informais por setor de atividade das Contas Nacionais.

De outro modo, a matriz de coeficientes de salários (C):

$$C = \begin{bmatrix} w_{11} & \cdots & w_{1n} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ w_{m1} & \cdots & w_{mn} \end{bmatrix}$$

A matriz de coeficientes de salários é a representação matricial da participação de cada ocupação no respectivo total de cada setor de atividade. Ela é a matriz de transição para o cálculo da matriz de distribuição de salários. Para tanto, ela será multiplicada por escalares dados pelos valores das remunerações/ rendimento disponibilizados pela Coordenação de Contas Nacionais e classificados por setores de atividades. A Matriz de Distribuição de Salários será completada com os dados das ocupações sem vínculo. Para obtê-la, a matriz C será multiplicada pelo salários das ocupações com vínculo. Assim, para salários de ocupações com vínculo será obtida a submatriz  $D_w$  de Distribuição de Salários, tal como:

$$w = \begin{bmatrix} w_{11} & \cdots & w_{115} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ w_{n1} & \cdots & w_{n15} \end{bmatrix} * W_{fCN} = MDS_{fCN} = \begin{bmatrix} d_{11} & \cdots & d_{115} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ d_{n1} & \cdots & d_{n15} \end{bmatrix}$$

Onde  $W_{fCN}$  é o vetor de salários para trabalhadores com carteira por setor de atividade que permitirá obter a matriz auxiliar de distribuição de salários formais ( $MDS_{fCN}$ ). A agregação dos dados sobre ocupações sem carteira assinada e autônomos para os quinze setores de atividade econômica aos dados desta matriz auxiliar levará à Matriz de Distribuição de Salários para trabalhadores formais e informais:

$$MDS = \begin{bmatrix} d_{f11} & d_{f12} & \cdots & d_{f115} \\ \vdots & \ddots & & \vdots \\ d_{fn1} & d_{fn2} & \cdots & d_{fn15} \\ d_{im1} & d_{im2} & \cdots & d_{im15} \end{bmatrix}$$

Os elementos  $d_f$  são referentes aos trabalhadores formais e  $d_i$  tratam dos trabalhadores informais. A matriz de distribuição de salários é um importante instrumento de nossa análise à medida que ela permite a visualização da estrutura de salários a partir da estrutura de ocupações e dos setores de atividade do país para os anos de 2001, 2005 e 2008. Seus valores são coincidentes com as informações

fornecidas pelo Sistema de Contas Nacionais, mas, com a vantagem de ampliar a visualização de como se comportam os salários.

Essa matriz possui 15 colunas com os setores de atividade<sup>7</sup> (cada coluna constará do número de ocupações e remuneração média) e 11 linhas para o ano de 2001 e 10 linhas para os anos de 2005 e 2008<sup>8</sup>; cada linha comportará seis sublinhas que se referem à faixa de salários. Os principais resultados dos cálculos efetuados a seguir são apresentados como se segue, respeitando a análise feita nas seguintes frentes: i) análise de todo mercado de trabalho; ii) análise por estrutura de ocupações e iii) análise por setor de atividade econômica. Contudo, é necessário destacar que nos dados de 2001 a divisão por estruturas de ocupações se diferencia dos demais anos e, por isso, a análise comparativa será limitada aos outros dois anos. Posto isto, podemos fazer um estudo comparativo, começando com o comportamento do total da renda média (em valores correntes) para todos os três anos por faixa de salários.

**Tabela 1- Renda Média Anual por Faixa de Salários**

	2001	2005	2008
<b>OCUPAÇÕES COM VÍNCULO</b>			
<b>Até 1 salário mínimo</b>	2.049,18	3.445,13	4.712,41
<b>De 1,01 a 2,00 salários mínimos</b>	3.627,08	6.082,26	8.503,69
<b>De 2,01 a 3,00 salários mínimos</b>	6.015,33	10.157,87	14.746,89
<b>De 3,01 a 7,00 salários mínimos</b>	11.130,86	18.752,95	27.108,31
<b>Mais de 7,00 salários mínimos</b>	38.521,27	63.515,98	90.092,66
<b>Total</b>	11.310,69	15.803,84	20.399,58
<b>OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO</b>	-		
<b>Sem Carteira</b>	3.041,71	4.402,84	5.461,26
<b>Autônomos</b>	4.862,55	6.101,12	8.388,38

Fonte: CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

A renda média anual total dos trabalhadores com vínculo formal, como pode ser visto na tabela 1, cresceu durante toda a década de 2000, saindo de R\$ 11.310,69 em 2001 para R\$ 20.399,58 anual em 2008, apresentando crescimento em todos os anos estudados. Da mesma forma, a remuneração dos trabalhadores sem vínculo e autônomos cresceu ao longo do período. As taxas de crescimento podem ser melhor visualizadas conforme a tabela 2 que apresenta os percentuais de variações no período.

**Tabela 2- Variação Percentual - Renda Média Anual por Faixa de Salários**

<sup>7</sup> Agropecuária, Petróleo, Commodities Industriais, Indústria Tradicional, Commodities Agrícolas, intensivos em tecnologia, Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água, Construção, Comércio, Transporte, Armazenagem e Correio, Serviços de Informação, Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar, Atividades Imobiliárias e Aluguel, Outros Serviços, Administração, Saúde e Educação Públicas.

<sup>8</sup> Isso porque, a classificação da RAIS para o ano de 2001 comportava o critério da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO 94, com os seguintes grupos de ocupações: Trabalhadores das Profissões Científicas Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados; Trabalhadores das Profissões Científicas, Técnicas, Artísticas e Trabalhadores Assemelhados; Membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Func. Públicos Superiores, Diretores de Empresas e Trab Assemelhados; Trabalhadores de serviços Administrativo e Trab. Assem; Trabalhadores de comercio e trabalhadores assemelhados; Trab. Serviços de Turismo, Hospedagem, Serventia, Higiene e Embelaz, Seg Aux de Saúde e Trab Assem; Trab. agropecuários, florestais, da pesca e trab assem; Trab prod indust, oper maq, conduç veic e trab assemelhados; Trab prod indust, oper maq, conduç veic e trab assem; Trab prod indust, oper maq, conduç veic e trab assemelhados. Enquanto que para os anos de 2005 e 2008 a RAIS era baseada na CBO 2002 com as respectivas ocupações: Membros Superiores do Poder Público, dirigentes de Organizações de interesse público e de empresas e gerentes; Profissionais das Ciências e das Artes; Técnicos de Nível Médio; Trabalhadores de Serviços Administrativos; Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Com. em Lojas e Comércio; Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Caça e Pesca; Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais; Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais; Trabalhadores de Manutenção e Reparação.

	2005-2001	2008-2005	2008-2001
<b>OCUPAÇÕES COM VÍNCULO</b>			
Até 1 salário mínimo	68,1	36,8	130,0
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	67,7	39,8	134,4
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	68,9	45,2	145,2
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	68,5	44,6	143,5
Mais de 7,00 salários mínimos	64,9	41,8	133,9
Total	39,7	29,1	80,4
<b>OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO</b>			
Sem Carteira	44,7	24,0	79,5
Autônomos	25,5	37,5	72,5

Elaboração própria a partir da MDS

Pela tabela 2 é possível perceber que houve variação positiva no período em todas as faixas de remuneração medidas em salários mínimos. No entanto, se a variação for fragmentada, percebe-se que no período de 2001 a 2005 e de 2005 a 2008 as faixas de renda que assistiram maior variação positiva foram as que estão entre o limite inferior e a média dos estratos de salários, com destaque para aqueles que recebem de 2 a três salários mínimos com variação positiva entre 2001/2005 e 2005/2008 de 68,9% e 45,2%. Entre 2001/2005, os trabalhadores que recebem até 1 salário mínimo tiveram aumento de seus salários superior àqueles que recebem mais de 7 salários e no período seguinte, o aumento da renda deste grupo superou o aumento do primeiro grupo. Em ambos os períodos, porém, a variação positiva das remunerações dos trabalhadores sem vínculo foi positiva, porém, inferior a dos trabalhadores do mercado formal e com queda da variação dos trabalhadores sem carteira assinada entre o primeiro e o segundo período. A avaliação também pode ser feita por número de trabalhadores empregados, conforme as tabelas a seguir.

**Tabela 3 – Frequência de Trabalhadores por Faixa de Salários**

	2001	2005	2008
<b>OCUPAÇÕES COM VÍNCULO</b>			
Até 1 salário mínimo	1.189.257	1.773.935	2.166.094
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	10.340.208	15.810.092	21.180.493
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	7.015.314	7.482.658	7.810.396
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	8.564.841	8.317.437	8.472.897
Mais de 7,00 salários mínimos	4.746.436	4.052.227	3.920.731
Total	31.856.056	37.436.349	43.550.611
<b>OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO</b>			
Sem Carteira	18.477.752	20.547.657	21.012.933
Autônomos	29.210.604	32.921.667	31.669.065

Fonte: CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

**Tabela 4 – Variação Percentual da Frequência de Trabalhadores**

	2005-2001	2008-2005	2008-2001
<b>OCUPAÇÕES COM VÍNCULO</b>			
Até 1 salário mínimo	49,2	22,1	82,1
De 1,01 a 2,00 salários mínimos	52,9	34,0	104,8
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	6,7	4,4	11,3
De 3,01 a 7,00 salários mínimos	(2,9)	1,9	(1,1)
Mais de 7,00 salários mínimos	(14,6)	(3,2)	(17,4)
Total	17,5	16,3	36,7
<b>OCUPAÇÕES SEM VÍNCULO</b>			
Sem Carteira	11,2	2,3	13,7
Autônomos	12,7	(3,8)	8,4

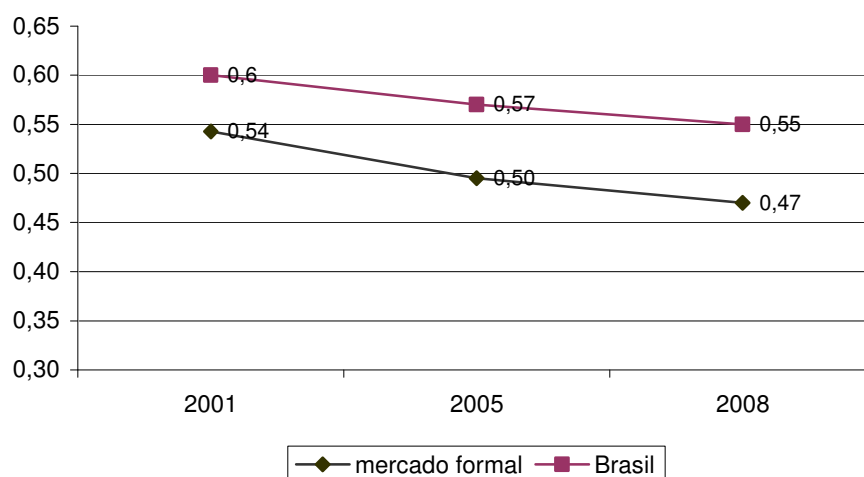
Elaboração própria a partir da MDS

A tabela 4 extraída da matriz de distribuição de salários revela que, no total, houve variação positiva no número de trabalhadores empregados no mercado formal e de trabalhadores sem vínculo

empregatício no período de análise de 2001 a 2008. No entanto, ocorreu um aumento expressivo do número de trabalhadores formais nos estratos de renda mais baixos e uma queda no número de trabalhadores que recebem maiores salários. Esse fato pode ser atribuído à política de valorização do salário mínimo no período que beneficiou trabalhadores com remuneração atrelada ao salário mínimo. Por outro lado, a tabela 3 apresenta a distribuição de trabalhadores conforme faixas de salários. Nela, verifica-se que a maior parte dos trabalhadores com carteira assinada estava concentrada na faixa salarial entre um e dois salários mínimos. Já a faixa que menos concentra trabalhadores são aquelas que representam os limites inferior e superior, ou seja, até um salário mínimo e mais de sete salários mínimos.

De posse dos dados da matriz de distribuição de salários, foi possível calcular o índice de Gini do mercado formal de trabalho e compará-lo ao coeficiente de Gini do Brasil para os mesmos anos. O resultado é apresentado no gráfico 1.

**Gráfico 1- Índice de Gini para Mercado Formal e Brasil**



Fonte: Elaboração própria a partir da MDS e IPEADATA.

O gráfico demonstra um comportamento recíproco tanto para o mercado formal de trabalho quanto para o Brasil como um todo, qual seja, queda da concentração de renda ao longo da década medida pelo índice de Gini<sup>9</sup>. No entanto, o mercado formal de trabalho apresenta renda ligeiramente melhor distribuída em comparação ao país. Avançando a análise, vamos apresentar os destaques da matriz de distribuição de salários conforme a estrutura de ocupações.

**Tabela 5 - Renda Média Anual e Frequência por Estrutura de Ocupações**

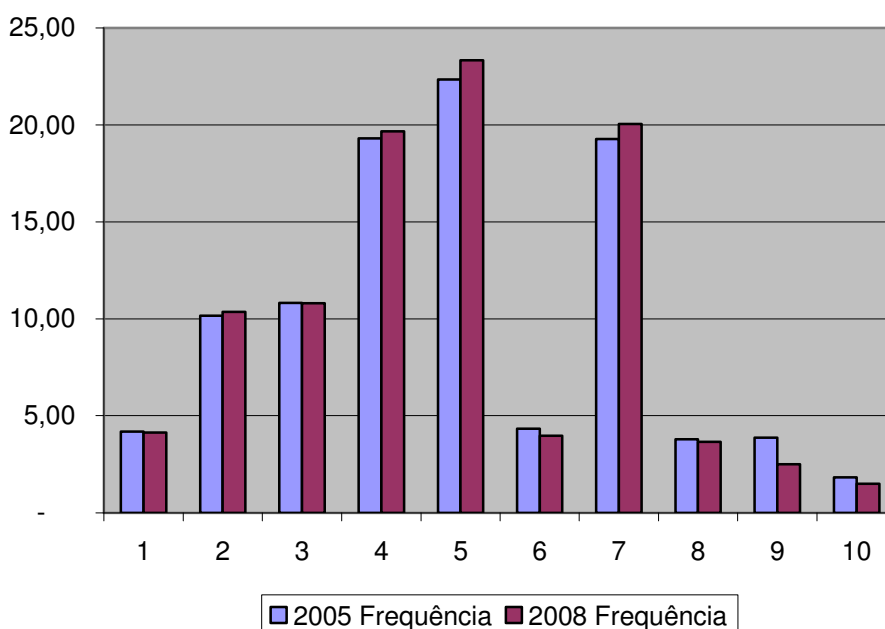
<sup>9</sup> O índice de Gini varia entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais próximo de zero, melhor distribuída é a renda e quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição de renda.

Ocupações	2005		2008	
	Frequência	Rem. média	Frequência	Rem. média
<b>Membros Superiores do Poder Público, dirigentes de Organizações de interesse público e de empresas e gerentes</b>	1.571.422	40.080,54	1.805.432	49.734,24
<b>Profissionais das Ciências e das Artes</b>	3.806.437	32.196,27	4.510.379	42.719,86
<b>Técnicos de Nível Médio</b>	4.053.862	19.609,11	4.707.187	25.254,01
<b>Trabalhadores de Serviços Administrativos</b>	7.226.606	14.830,45	8.563.273	18.505,14
<b>Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Comércio</b>	8.364.346	8.662,42	10.159.229	11.210,45
<b>Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Caça e Pesca</b>	1.628.553	6.857,20	1.731.062	9.769,91
<b>Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais</b>	7.215.179	11.276,16	8.731.567	14.364,41
<b>Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais</b>	1.425.308	13.446,57	1.595.566	17.021,82
<b>Trabalhadores de Manutenção e Reparação</b>	1.455.412	11.608,38	1.091.355	17.977,61
<b>Ignorado</b>	689.225	26.685,35	655.562	39.042,14
<b>Total</b>	<b>37.436.349</b>	<b>15.803,84</b>	<b>43.550.611</b>	<b>20.399,58</b>

Fonte: CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

O gráfico a seguir mostra todas as ocupações em porcentagem do total. Neste gráfico é possível ver que nos dois anos factíveis de comparação – 2005 e 2008 –, trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e comércio ficou entre 22% e 23% do total, ao passo que as outras duas estruturas (serviços administrativos e produção de bens e serviços industriais) ficaram entre 19% e 20%. As três estruturas juntas representaram 60,92% do total em 2005 e 63,04% em 2008.

**Gráfico 2 - Estrutura de Ocupações - em % do Total**



Elaboração própria a partir da MDS

Onde:

1	Membros Superiores do Poder Público, dirigentes de Organizações de interesse público e de empresas e gerentes
2	Profissionais das Ciências e das Artes
3	Técnicos de Nível Médio

4	Trabalhadores de Serviços Administrativos
5	Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Comércio
6	Trabalhadores Agropecuários, Florestais, da Caça e Pesca
7	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais
8	Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais
9	Trabalhadores de Manutenção e Reparação
10	Ignorado

As três estruturas, contudo, como pode ser visto na tabela 5, apresentam renda média inferior à renda média total do país. Na tabela 7 a seguir é possível identificar a quantidade de trabalhadores empregados formalmente destas três estruturas.

**Tabela 6 – Frequência das Estruturas selecionadas  
Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Com. em Lojas e Comércio**

	2005	2008
<b>Até 1 salário mínimo</b>	561.128	700.406
<b>De 1,01 a 2,00 salários mínimos</b>	5.199.166	7.158.578
<b>De 2,01 a 3,00 salários mínimos</b>	1.560.688	1.365.581
<b>De 3,01 a 7,00 salários mínimos</b>	870.507	771.624
<b>Mais de 7,00 salários mínimos</b>	172.856	163.040
<b>Total</b>	<b>8.364.346</b>	<b>10.159.229</b>

**Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais**

	2005	2008
<b>Até 1 salário mínimo</b>	196.766	267.939
<b>De 1,01 a 2,00 salários mínimos</b>	3.147.657	4.536.286
<b>De 2,01 a 3,00 salários mínimos</b>	1.935.324	2.143.109
<b>De 3,01 a 7,00 salários mínimos</b>	1.668.028	1.567.720
<b>Mais de 7,00 salários mínimos</b>	267.404	216.513
<b>Total</b>	<b>7.215.179</b>	<b>8.731.567</b>

**Trabalhadores de Serviços Administrativos**

	2005	2008
<b>Até 1 salário mínimo</b>	350.512	496.372
<b>De 1,01 a 2,00 salários mínimos</b>	3.014.524	4.272.766
<b>De 2,01 a 3,00 salários mínimos</b>	1.462.933	1.487.600
<b>De 3,01 a 7,00 salários mínimos</b>	1.654.927	1.654.562
<b>Mais de 7,00 salários mínimos</b>	743.710	651.975
<b>Total</b>	<b>7.226.606</b>	<b>8.563.273</b>

Fonte: CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

Para Trabalhadores dos serviços e vendedores do comércio em torno de 90% (87,5% no ano de 2005 e 90,1% no ano de 2008) dos trabalhadores recebem até três salários mínimos. Entre 2005 a 2008, aumentou os trabalhadores formais da produção de bens e serviços industriais, que recebem até três salários mínimos, passando de 73,18% em 2005 para 79,6% em 2008. A estrutura de trabalhadores empregados formalmente de serviços administrativos não foge a tendência apresentada nas outras duas estruturas, visto que, a maior parte dos empregos formais recebe uma remuneração de até três salários, sendo que, da mesma forma que aconteceu com os trabalhadores da produção de bens e serviços da indústria, esta quantidade tem aumentado proporcionalmente ao total desta estrutura, pois, em 2005, 66,8% dos trabalhadores recebiam até três salários mínimos, ao passo que em 2008 este percentual foi de 73,1%.

Até o momento o estudo feito foi por estrutura de ocupações, contudo, é preciso assumir que o comportamento destas estruturas de ocupações se adéqua à estrutura produtiva do país que, por sua vez, reflete-se pelo comportamento dos setores de atividades. Sendo assim, outra forma de estudar a renda do emprego formal da economia é por meio dos setores de atividades.

**Tabela 7 - Renda Média do Emprego Formal por Setor de Atividade - Em R\$**

	2001	2005	2008
<b>agropecuária</b>	7.241,14	11.392,41	12.959,59
<b>Petróleo</b>	69.662,46	104.491,32	125.178,34
<b>Commodities industriais</b>	15.838,06	22.926,20	27.945,72
<b>indústria tradicional</b>	9.569,65	13.046,24	16.402,68
<b>commodities agrícolas</b>	10.792,93	16.214,06	21.720,83
<b>intensivos em tecnologia</b>	21.710,84	29.391,49	34.752,64
<b>Produção e distribuição de eletricidade, gás e água</b>	29.068,56	36.423,69	43.382,15
<b>Construção</b>	8.522,01	11.694,91	14.912,48
<b>Comércio</b>	5.602,14	8.674,83	12.033,23
<b>Transporte, armazenagem e correio</b>	11.505,81	16.137,08	20.723,07
<b>Serviços de informação</b>	25.541,01	29.258,77	36.468,32
<b>Intermediação financeira, seguros e previdência complementar</b>	43.103,70	53.281,72	70.363,94
<b>Atividades imobiliárias e aluguel</b>	8.615,77	11.592,39	16.373,11
<b>Outros serviços</b>	7.742,00	10.401,48	13.651,74
<b>Administração, saúde e educação públicas</b>	15.575,22	22.744,92	29.982,42
<b>Ignorado e Não Informados</b>	9.361,93	12.816,90	16.818,61
<b>Total</b>	<b>11.310,69</b>	<b>15.803,84</b>	<b>20.399,58</b>

Fonte: CONAC e MTE - RAIS Decreto 76.900 de 23/12/1975. Elaboração Própria a partir da MDS

Como pode ser visto na tabela 7, a renda média cresceu para todos os anos apresentados. Todos os quinze setores apresentaram o mesmo comportamento crescendo em todos os anos, entretanto alguns setores tiveram crescimento na renda média maior do que outros. O setor de petróleo é o que apresenta a maior renda média. O segundo setor que apresenta a maior renda média é o setor de intermediação financeira, seguros e previdência complementar que manteve o mesmo comportamento nos quatro anos destacados, sendo superior a renda média total. Além desses dois setores, mais cinco setores apresentam renda média superior à renda média total, são eles: commodities industriais; intensivos em tecnologia; produção e distribuição de eletricidade, gás e água; serviços de informação; administração, saúde e educação pública. Oito setores apresentam renda média inferior à renda média total: agropecuária; indústria tradicional; commodities agrícolas; construção; comércio; transporte, armazenagem e correio; atividades imobiliárias; outros serviços. Com destaque para o setor agropecuária e o setor comércio.

#### **4- Conclusão**

Este trabalho buscou apresentar o comportamento do mercado de trabalho no Brasil para alguns anos selecionados da década de 2000 a partir da análise dos dados de uma matriz de distribuição de salários para a economia brasileira. Essa matriz é um valioso instrumental de análise e orientação de

política econômica à medida que fornece o retrato do comportamento do mercado de trabalho ampliado por estrutura ocupacional e setores de atividade econômica, por faixas de salários medidos em salários mínimos.

Assim sendo, com base nos dados extraídos desta matriz foi possível constatar que a distribuição de salários na economia brasileira segue um padrão que se modela conforme a remuneração das ocupações e a importância relativa da estrutura ocupacional conforme os setores de atividade econômica.



## Referencias Bibliográficas

- APPELBAUM, E. **Labor Market in Post-Keynesian Theory**. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.
- CRESPO, E.A. Separação Preços-quantidades na Teoria Clássica dos Preços e da Distribuição. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro:IE/UFRJ, 2007.
- DUNLOP, J. **Wage Contours**. In PIORE, M. Unemployment and Inflation, Institutional and Structuralist Views. New York: Scharpe, 1979.
- GLEICHER, D. STEVANS, L. **A Classical approach to occupational wage rates**. New York: Praeger, 1991.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema de Contas Nacionais: Brasil. Coordenação de Contas Nacionais. **Séries Relatórios Metodológicos**. v.24, 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- KALECKI, M. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. Coleção economia e planejamento. São Paulo: Hucitec, 1977.
- LEWIS, A.. **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra**. In AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- MEDEIROS, C.A. Distribuição de renda como política de desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro – II**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- MEDEIROS, C.A. Salário Mínimo e Desenvolvimento. **Seminário Salário Mínimo e Desenvolvimento**. Campinas: IE/UNICAMP, CESIT, abr/2005.
- MEDEIROS, C. A. **Padrões de Crescimento, Distribuição de Renda e pobreza**: Lições da experiência da América Latina. In: XII Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, 2007.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações**: CBO. Livro 1, 3ª ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.
- PIORE, M. Unemployment and Inflation: An Alternative View. In PIORE, M. Unemployment **and Inflation, Institutional and Structuralist Views**. New York: Scharpe, 1979.
- RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SERRANO, F.L.P. Estabilidade nas Teorias Clássica e Neoclássica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2 (21), jul/dez 2003, p.147-167.
- SERRANO, F.L.P., MEDEIROS, C.A. O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente. **Revista de Economia Política**. V. 24, 2004p. 238-256..
- SERRANO, F.L.P. A Teoria do Valor de Marx: Excedente ou “Transfiguração Crítica”? Seções Ordinárias. **XII Encontro de Economia Política**, Vitória: 2007
- SRAFFA, P. **Produção de mercadorias por meio de mercadorias**: prelúdio a uma crítica à teoria econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- STIRATI, A. **The Theory of Wages in Classical Economics**: A Study of Adam Smith, David Ricardo and their contemporaries. Edward Elgar, 1994.